



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63.129/2025
CONTRATANTE (UASG) 000987769
OBJETO Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução tecnológica informatizada para gestão, operacionalização e controle das consignações facultativas.
VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 223.122,45 (Duzentos e vinte e três mil cento e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA Dia 26/05/2026 às 09H00 (horário de Brasília)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO Menor preço
MODO DE DISPUTA: Aberto



**MUNICÍPIO DE PIRAQUARA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**  
Processo Administrativo nº 63.129/2025

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, por meio da Secretaria Municipal de Administração, sediado na Avenida Getúlio Vargas, nº 1990, Centro, Piraquara, Paraná, 83301-010, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº Municipal nº 11.001/2023, e demais legislações aplicáveis, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a “Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução tecnológica informatizada para gestão, operacionalização e controle das consignações facultativas”.

1.2 A licitação será realizada em único item.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



2.5 Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.2.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.5.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.4.1 O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.5.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.8.1 A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional



especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.5.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.5.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado ao disposto no art. 70, §1º e 163 do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

3.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



3.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

3.6.1 o item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7 A falsidade da declaração de que tratam os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

3.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



3.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2 lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o item anterior.

3.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário do item;

4.1.2 Marca;



4.1.3 Fabricante;

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderá se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

4.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estipulados.

4.8.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estipulados.

4.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração e/ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Órgão de Controle Externo, e após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das



medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.11 Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (Um centavo).





5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



5.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



5.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



5.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21 A hipótese do item anterior não será aplicada quando enquadrada a licitação, o(s) lote(s) ou o(s) item(ns) no disposto no art. 4º, §1º da Lei 14.133/2021.

5.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.22.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Municipal nº 11.029/2023;

5.22.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2 empresas brasileiras;

5.22.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.



5.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e correlatas disposições deste edital, e verificará eventual existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 SICAF;

6.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));



6.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4 Cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Piraquara - CAFILPI, nos termos do Decreto Municipal 5326/2016;

6.1.5 Cadastro de impedidos de licitar do TCE/PR;

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 151 a 159 da Lei 14.133/2021

6.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1 conter vícios insanáveis;



6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1 A inexequibilidade, na hipótese tratada no item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.





6.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.





6.14.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes

6.12.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.14.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



7.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.11 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.5.2 Quando necessária a averiguação de autenticidade de documento que tenha sido apresentado por cópia, o agente da Administração deverá facultar ao interessado, em prazo hábil, a apresentação do documento original ou de declaração de autenticidade de autenticidade, subscrita por advogado e sob sua responsabilidade pessoal, nos termos do disposto no artigo 12, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;

7.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).



7.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.13 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado ao disposto no art. 70, §1º e 163 do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

7.14 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2 Respeitada a exceção do item anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.15 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e art. 163, §4º do Decreto Municipal nº 11.001/2023):

7.15.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante



decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação.

7.20 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.21 Os documentos que trata este edital devem ser apresentados dentro do prazo de validade na data designada para a sessão. Os documentos que não tiverem menção expressa sobre o prazo de validade, somente serão aceitos se emitidos com data não superior a 90 (noventa) dias corridos anteriores à data assinalada para a data de abertura do Pregão, exceto para os documentos que por sua natureza, não estejam sujeitos ao prazo de validade.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.



8.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.piraquara.pr.gov.br](http://www.piraquara.pr.gov.br), no link licitações.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante/contratado que:

9.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato (art. 155, inciso I):

9.1.1.1 Descumprimento parcial das obrigações contratuais sem causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato com grave dano (art. 155, inciso II):



- 9.1.2.1 Descumprimento parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato (art. 155, inciso III);
- 9.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame (art. 155, inciso IV):
  - 9.1.4.1 Não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (art. 155, inciso V):
  - 9.1.5.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 9.1.5.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 9.1.5.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - 9.1.5.4 Deixar de apresentar amostra;
  - 9.1.5.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (art. 155, inciso VI);
- 9.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado (art. 155, inciso VII):
  - 9.1.7.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato (art. 155, inciso VIII);
- 9.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato (art. 155, inciso IX);
- 9.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (art. 155, inciso X):
  - 9.1.10.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



- 9.1.10.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.10.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (art. 155, inciso XI);
- 9.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (art. 155, inciso XII).
- 9.2 Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1 Advertência;
- 9.2.2 Multa;
- 9.2.3 Impedimento de licitar e contratar;
- 9.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.3 Na aplicação das sanções serão considerados os critérios estabelecidos no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021:
- 9.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4 A multa será aplicada conforme a classificação de gravidade da infração, com percentuais fixos incidentes sobre o valor do contrato licitado, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial:
- 9.4.1 INFRAÇÕES LEVES - Multa de 10% (dez por cento):
- Item 9.1.1: Inexecução parcial do contrato sem grave dano (art. 155, I);
- 9.4.2 INFRAÇÕES MÉDIAS - Multa de 15% (quinze por cento):
- Item 9.1.4: Deixar de entregar a documentação exigida (art. 155, IV);
  - Item 9.1.5: Não manutenção da proposta (art. 155, V);



- Item 9.1.6: Não celebração do contrato ou não entrega de documentação para contratação (art. 155, VI);
- Item 9.1.7: Retardamento injustificado (art. 155, VII).

9.4.3 INFRAÇÕES GRAVES - Multa de 20% (vinte por cento):

- Item 9.1.2: Inexecução parcial do contrato com grave dano (art. 155, II);
- Item 9.1.3: Inexecução total do contrato (art. 155, III).

9.4.4 INFRAÇÕES GRAVÍSSIMAS - Multa de 30% (trinta por cento):

- Item 9.1.8: Documentação ou declaração falsa (art. 155, VIII);
- Item 9.1.9: Fraude na licitação (art. 155, IX);
- Item 9.1.10: Comportamento inidôneo ou fraude (art. 155, X);
- Item 9.1.11: Atos ilícitos para frustrar objetivos da licitação (art. 155, XI);
- Item 9.1.12: Atos lesivos da Lei Anticorrupção (art. 155, XII).

9.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6 Para infrações gravíssimas (itens 9.1.8 a 9.1.12), a reabilitação do sancionado poderá ser condicionada à implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

9.7 As infrações relacionadas à execução contratual (itens 9.1.1 a 9.1.3) serão apuradas durante a vigência do contrato, enquanto as demais infrações (itens 9.1.4 a 9.1.12) podem ser identificadas durante o processo licitatório ou execução contratual, conforme o caso.

9.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021:

9.8.1 Em decorrência da prática das infrações gravíssimas dispostas nos itens 9.1.8 (documentação/declaração falsa), 9.1.9 (fraude na licitação), 9.1.10 (comportamento inidôneo), 9.1.11 (atos ilícitos para frustrar a licitação) e 9.1.12 (atos lesivos da Lei Anticorrupção);

9.8.2 Em decorrência das infrações graves dispostas nos itens 9.1.2 (inexecução parcial com grave dano) e 9.1.3 (inexecução total), que





justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar;

9.8.3 Em decorrência das infrações leves e médias dispostas nos itens 9.1.1 (inexecução parcial sem grave dano), 9.1.4 (não entrega de documentação), 9.1.5 (não manutenção da proposta), 9.1.6 (não celebração do contrato) e 9.1.7 (retardamento injustificado), quando as circunstâncias do caso concreto, a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias agravantes e os danos causados à Administração justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

9.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do Município, nos termos do art. 168, §4º do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

9.10 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



## 10. DO CONTRATO

10.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que

I – a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

II – a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

## 11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de protocolo eletrônico oficial utilizado no âmbito da Administração Municipal, conforme disposto no art. 174 do Decreto Municipal nº 11.00.1/2021.

11.3.1. O protocolo eletrônico pode ser acessado no sítio eletrônico do Município, [www.piraquara.pr.gov.br](http://www.piraquara.pr.gov.br), no link “SERVIÇOS ON-LINE” – “Carta de Serviços” o qual deve ser pesquisado como “**impugnação**” ou “**esclarecimento**”, ou por meio do link: <https://rb.gy/7mqvs1>, ou código QR:



11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



11.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.piraquara.pr.gov.br](http://www.piraquara.pr.gov.br), no link "licitações".

12.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1 ANEXO I – Termo de Referência



12.11.1.1 ANEXO 1A – Leiautes dos arquivos de troca

12.11.2 ANEXO II – Minuta do Contrato

Piraquara, 08 de maio de 2026.

**Viviane Lucas de Melo Pedroso**  
Secretária Municipal de Administração – Interina  
Decreto nº 14.634/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA - PR

Termo de Referência 100/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
100/2025	987769-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA - PR	VIVIANE LUCAS DE MELO PEDROSO	08/05/2026 15:33 (v 0.10)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		63.129/2025

1. Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA  
MUNICÍPIO DE PIRAQUARA  
Processo Administrativo nº 63.129/2025

1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução tecnológica informatizada para gestão, operacionalização e controle das consignações facultativas.

Item.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QNT 12 meses	Valor unitário por linha processada	Valor total da contratação
1	26077	<b>Software como serviço – saas</b> Complemento: Implantação e administração de solução tecnológica e operacional para o gerenciamento dos descontos facultativos na folha de pagamentos dos servidores públicos municipais ativos, servidores dos regimes estatutários, comissionados, temporários (PSS) e	Und /Linha Processada	77.205	R\$ 2,89	R\$ 223.122,45

		Conselheiros, contemplando auto-atendimento via internet pelo consignante, bem como controle do uso da margem consignável em seus diferentes níveis de gestão.				
--	--	--	--	--	--	--

TOTAL MÁXIMO GERAL	R\$ 223.122,45
--------------------	----------------

- 1.1 O serviço objeto dessa licitação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.2 O objeto desta aquisição não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3 O critério de julgamento da presente licitação será o de **MENOR VALOR**.
- 1.3.1 Para os fins desta licitação, **entende-se por menor valor o menor valor unitário por linha processada**, correspondente ao valor cobrado pela empresa contratada das instituições financeiras consignatárias devidamente credenciadas.
- 1.3.2 O valor unitário por linha processada constitui o parâmetro de disputa entre as licitantes, devendo ser observado o valor máximo fixado no Termo de Referência, o qual não poderá ser ultrapassado.
- 1.3.3 A remuneração da empresa contratada ocorrerá exclusivamente por meio dos valores cobrados das instituições financeiras consignatárias, não havendo qualquer pagamento direto ou ingresso de recursos financeiros nos cofres do Município.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024 conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 76105675000167-0-000001/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 12/05/2025
- III) Identificador da futura contratação: nº 987769-139/2026
- IV) Classe/Grupo: 9297 - Serviço de Computação em Nuvem
- V: Identificador da futura aquisição: 296/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:
- 4.1.1 Requisitos básicos:
- 4.1.1.1 A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos até o limite máximo de **5 (cinco) anos**.

**4.1.1.2** Disponibilização de sistema informatizado para controle, gestão e processamento das consignações facultativas em folha de pagamento;

**4.1.1.3** Hospedagem, manutenção e suporte técnico da plataforma, com acesso seguro e contínuo;

**4.1.1.4** Integração automatizada com os sistemas de folha de pagamento e com as instituições financeiras credenciadas;

**4.1.1.5 Controle de margem consignável**, com bloqueio automático de operações que ultrapassem os limites legais.

**4.1.1.6 Emissão de relatórios gerenciais e estatísticos**, com informações atualizadas e auditáveis;

**4.1.1.7 Garantia de confidencialidade e segurança da informação**, em conformidade com a LGPD (Lei nº 13.709/2018).

#### **4.1.2 Sustentabilidade**

**4.1.2.1** A empresa contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade em conformidade com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, incluindo, no mínimo, os seguintes critérios:

**4.1.2.1.1** Utilizar procedimentos totalmente eletrônicos para solicitação, envio, processamento e devolução de informações, minimizando o uso de papel e materiais descartáveis.

**4.1.2.1.2** Realizar atendimento, suporte e comunicação por meios remotos, evitando deslocamentos desnecessários e reduzindo emissões de CO.

**4.1.2.1.3** Empregar infraestrutura tecnológica otimizada, priorizando soluções com menor consumo de energia e que promovam desempenho adequado.

**4.1.2.1.4** Garantir integridade, rastreabilidade e segurança no tratamento das informações, atendendo aos princípios da administração pública e às normas de proteção de dados.

**4.1.2.1.5** Manter práticas que favoreçam ambiente de trabalho inclusivo, respeito aos direitos trabalhistas e conduta responsável com servidores e instituições financeiras.

**4.1.2.1.6** Buscar aprimoramento constante dos processos, promovendo eficiência, qualidade e redução de impactos ambientais e administrativos.

#### **4.1.3 Subcontratação**

**4.1.3.1** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **4.1.4 Garantia da contratação**

**4.1.4.1** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **4.1.5 ENTREGA/EXECUÇÃO**

**4.1.5.1** Após a assinatura do Contrato a Contratada deverá, em até 2 (dois) dias úteis, a contar da assinatura do Contrato, informar a Prefeitura Municipal de Piraquara email ou espaço em nuvem pública ou outro meio seguro que se mostrar conveniente, para a entrega pela CONTRATANTE à licitante, dos arquivos a serem utilizados para realizar a leitura dos dados.

**4.1.5.2** A execução do serviço se dará no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da entrega dos arquivos supracitados, tempo no qual deverão ser realizadas, sob supervisão do gestor e fiscal do contrato indicado pela Superintendência de Gestão de Pessoas, as seguintes atividades:

**4.1.5.3** Importar de forma consistente (mantendo a integridade da informação), arquivos de MARGEM, MOVIMENTOS, RETORNO, CONSIGNATÁRIAS com Leiautes definido no Anexo I - Leiautes dos arquivos de troca, contendo informações parciais e simuladas da base da Prefeitura Municipal de Piraquara.

**4.1.5.3.1** Simular operações e funcionalidades descritas nos módulos.

**4.1.5.3.2** Gerar arquivo de RETORNO com o leiaute correto.

**4.1.5.3.3** Gerar arquivo de MARGEM contendo as informações posicionadas no novo exercício após os MOVIMENTOS importados.

**4.1.5.4** Para viabilização da supervisão pelo gestor e fiscal contrato da Prefeitura Municipal de Piraquara, a licitante disponibilizará a CONTRATANTE acesso online aos seus sistemas e as bases importadas, de forma ampla e adequada para a verificação do atendimento pelos sistemas da licitante a todos os requisitos aqui especificados, assim como da correção e integridade das importações.

**4.1.5.5** Durante os dois dias de implantação do serviço, a Contratada deverá disponibilizar, das 8h às 17h, e-mail e telefones de contato de representantes tecnicamente qualificados para acompanhamento em tempo real dos testes, resolução de problemas ou inconsistências apontadas pelo gestor/fiscal, esclarecimento de dúvidas e questionamentos, assim como prestar orientações de uso dos sistemas da licitante.

**4.1.5.6** As eventuais inconstâncias ou inadequações apontadas, serão prontamente apontadas ao representante técnico da empresa e desde que resolvidas prontamente ou em tempo hábil (até às 16 horas do segundo dia ou antes disso) para serem novamente verificadas de forma bem sucedida pelo gestor/fiscal, não contarão como insucesso.

**4.1.5.7** Após o período de implantação do sistema, e estando este em conformidade, será emitido pela CONTRATANTE através do gestor/fiscal um Termo de Recebimento Definitivo, e o sistema será posto em operação.

**4.1.5.8** Dentro de um prazo de até 3 (três) dias após a emissão do termo de recebimento definitivo, serão gerados pela Prefeitura Municipal de Piraquara arquivo de margem com leiaute definido no anexo I do Termo de Referência, contendo informações de toda a base da Prefeitura os quais deverão ser importados para os sistemas da CONTRATADA em sua totalidade com o propósito de carga inicial de cadastro.

**4.1.5.9** A CONTRATADA será responsável pela exatidão da importação das informações históricas recebidas e pela exatidão da importação do registro de posição atual, sendo responsável pelo processamento e pelas demais informações decorrentes do processamento apenas a partir do mês de exercício do início do contrato.

**4.1.5.10** A contar do recebimento dos arquivos, a CONTRATADA deverá estar apta a dar início a prestação dos serviços em até 05 (cinco) dias úteis.

**4.1.5.10.1** A CONTRATANTE encaminhará à CONTRATADA **dois arquivos distintos**, sendo:



**4.1.5.10.1.1 Arquivo retorno**, contendo todos os dados referentes às importações da folha de pagamento, incluindo descontos efetivados, parcialmente efetivados e não efetivados;

**4.1.5.10.1.2 Arquivo de margem**, contendo a margem consignável atualizada de todos os servidores.

**4.1.5.11** A CONTRATADA deverá iniciar a execução do serviço para os módulos consignados e consignatárias no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, contados do encerramento dos prazos descritos nos itens acima.

**4.1.5.12** O sistema fornecido pela CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente, em data definida pela CONTRATANTE como data de corte, arquivo com leiaute definido no anexo I do Termo de Referência, especificando as parcelas averbadas para o sistema de folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Piraquara. A data de corte ocorrerá no dia 17 de cada mês, e em meses como dezembro, no qual ocorre a alteração do calendário de pagamento, esta data de corte será alterada com antecedência e informada à todos os usuários do sistema (consignados, consignatárias).

**4.1.5.13** Após o fechamento da folha de pagamento, entre os dias 20 à 25 de cada mês, a CONTRATANTE enviará arquivo à CONTRATADA, também com leiaute definido do anexo I do Termo de Referência como arquivo retorno, contendo os descontos efetuados no fechamento da folha de pagamento do mês de competência, bem como os descontos efetuados parcialmente e os não efetuados. Neste mesmo período, a CONTRATANTE enviará o arquivo margem atualizado de todos os servidores ativos.

**4.1.5.14** A CONTRATADA deverá importar, em caráter definitivo, para o mês de competência, as informações constantes da folha fechada, enviadas pela CONTRATANTE para realizar os cruzamentos necessários para a geração do arquivo de retorno para as CONSIGNATÁRIAS, e em caso de descontos não serem realizados na folha de pagamento do servidor, por motivos como falta de saldo de salário, faltas, licenças sem vencimentos, entre outras, a CONTRATANTE informará no prazo de até 02 (dois) dias úteis após o envio do arquivo descrito no item 7.13 para CONTRATADA, a relação de servidores que não tiveram os descontos lançados em folha de pagamento.

**4.1.5.15** A CONTRATADA deverá enviar os dados informados no arquivo de retorno às CONSIGNATÁRIAS contendo as informações sobre os descontos efetuados, efetuados parcialmente e não efetuados até o último dia de cada mês. Deverá disponibilizar ainda neste mesmo período, para as CONSIGNATÁRIAS e CONSIGNADOS a margem atualizada dos servidores para consignações.

**4.1.5.16** A atualização da base de dados do sistema terá um ciclo mensal acompanhando o cronograma para troca das informações que será definido pela CONTRATANTE, em comum acordo com a CONTRATADA, para cada caso, mas respeitando necessariamente o cronograma da folha de pagamento.

## **4.1.6 GARANTIA**

**4.1.6.1** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **4.1.7 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**4.1.7.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**4.1.7.2** Receber a prestação do serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**4.1.7.3** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**4.1.7.4** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**4.1.7.5** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no Termo de Referência.

**4.1.7.6** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei;

**4.1.7.7** Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**4.1.7.8** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**4.1.7.9** A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**4.1.7.10** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

**4.1.7.11** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**4.1.7.12 Atestar a prestação do serviço por meio do fiscal do contrato.**

#### **4.1.8 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**4.1.8.1** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**4.1.8.2** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**4.1.8.3** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**4.1.8.4** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**4.1.8.5** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**4.1.8.6** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**4.1.8.7** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**4.1.8.8** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**4.1.8.9** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**4.1.8.10** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**4.1.8.11** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**4.1.8.12** Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**4.1.8.13** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**4.1.8.14** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133 de 2021.

**4.1.8.15** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**4.1.8.16** A CONTRATADA deverá indicar oficialmente, como condição para início da execução, um representante, para relacionar-se com a fiscalização da CONTRATANTE, em até 1 (um) dia útil a assinatura do contrato, para representá-la administrativamente durante o período de vigência do contrato, sempre que for necessário.

**4.1.8.16.1** Na declaração de indicação oficial do responsável deverão constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

**4.1.8.16.2** O responsável deverá se apresentar à respectiva unidade fiscalizadora em até 01 (um) dia útil após a assinatura do contrato para tratar dos assuntos pertinentes à exploração do contrato relativos à sua competência.

**4.1.8.16.3** A CONTRATADA poderá, no ato da indicação de seu responsável, indicar o respectivo substituto.

**4.1.8.16.4** O responsável ou substituto deverá estar apto e disponível para ser contatado pela CONTRATANTE, presencialmente ou por telefone, a qualquer momento no horário comercial com o propósito de esclarecer quaisquer questões relacionadas aos serviços explorados.

**4.1.8.16.5** A CONTRATADA deverá cuidar para que o responsável mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços.

**4.1.8.16.6** Garantir o sigilo financeiro das informações importadas, sob pena de sanções civis, penais e administrativas, ficando vedada, salvo em autorização escrita por parte da CONTRATANTE, repassar ou utilizar em benefício de outros não envolvidos neste processo, todas as informações gerenciadas por seu sistema informatizado.

**4.1.8.17 A CONTRATADA deverá** obedecer rigorosamente a todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente da CONTRATANTE. É obrigação do CONTRATADO, estar em conformidade com os aspectos de segurança fundamentados na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se refere à manipulação, coleta, armazenamento, utilização, compartilhamento e eliminação dos dados relacionados a pessoas do CONTRATANTE e de terceiros, a fim de não violar os direitos e garantias fundamentais do seu titular, sendo primordial mas não exclusivos os seguintes pontos:

#### **4.1.8.17.1 Do Tratamento de Dados**

**4.1.8.17.1.1** A CONTRATADA compromete-se a realizar o tratamento de dados pessoais exclusivamente para a execução do objeto contratual, sendo vedada qualquer utilização para finalidades diversas, especialmente para fins comerciais, prospecção, oferta de produtos ou qualquer forma de monetização indireta.

#### **4.1.8.17.2 Da Classificação e Limitação de Acesso**

**4.1.8.17.2.1** Garantir que o acesso aos dados seja restrito aos profissionais estritamente necessários à execução do serviço;

**4.1.8.17.2.2** Implementar mecanismos de controle de acesso, autenticação e rastreabilidade (logs);

**4.1.8.17.2.3** Assegurar que os dados sejam tratados com base nos princípios da necessidade e minimização;

#### **4.1.8.17.3 Da Segurança da Informação**

**4.1.8.17.3.1** Criptografia dos dados sensíveis, quando aplicável;

**4.1.8.17.3.2** Proteção contra acessos não autorizados;

**4.1.8.17.3.3** Sistemas de backup e recuperação de dados;

**4.1.8.17.3.4** Monitoramento de incidentes de segurança;

#### **4.1.8.17.4 Da Vedação de Uso Comercial dos Dados**

**4.1.8.17.4.1** Fica expressamente vedado à CONTRATADA;

**4.1.8.17.4.1.1** Utilizar os dados para oferta de produtos financeiros;

**4.1.8.17.4.1.2** Criar perfis, relatórios ou inteligência de mercado com base nos dados dos servidores;

**4.1.8.17.4.1.3** Compartilhar, vender ou transferir dados a terceiros.

#### **4.1.8.17.5 Da Responsabilidade pelo Tratamento**

**4.1.8.17.5.1** A CONTRATADA atuará como operadora de dados, nos termos da legislação vigente, devendo:

**4.1.8.17.5.1.1** Seguir as instruções do CONTRATANTE;

**4.1.8.17.5.1.2** Comunicar imediatamente qualquer incidente de segurança;

**4.1.8.17.5.1.3** Cooperar com auditorias e fiscalizações.

#### **4.1.8.17.6 Dos Incidentes de Segurança**

**4.1.8.17.6.1** Comunicar o CONTRATANTE imediatamente ou no prazo máximo de 24 horas;

**4.1.8.17.6.2** Informar a natureza dos dados afetados, os riscos envolvidos e as medidas adotadas;

**4.1.8.17.6.3** Adotar providências para mitigação dos danos.

#### **4.1.8.17.7 Da Transparência e Direitos dos Titulares**

**4.1.8.17.7.1** A CONTRATADA deverá garantir suporte ao CONTRATANTE para atendimento aos direitos dos titulares, incluindo:

**4.1.8.17.7.1.1** Acesso às informações;

**4.1.8.17.7.1.2** Correção de dados;

**4.1.8.17.7.1.3** Exclusão, quando aplicável;

**4.1.8.17.7.1.4** Informação sobre tratamento e compartilhamento.

#### **4.1.8.17.8 Da Devolução e Eliminação dos Dados**

**4.1.8.17.8.1** Ao término do contrato, a CONTRATADA deverá:

**4.1.8.17.8.1.1** Realizar a devolução integral da base de dados ao CONTRATANTE, em formato estruturado;

**4.1.8.17.8.1.2** Proceder à eliminação segura de todos os dados armazenados, inclusive backups;

**4.1.8.17.8.1.3** Apresentar declaração formal de eliminação dos dados, sob pena de responsabilização.

#### **4.1.8.17.9 Da Vedação de Retenção Indevida**

**4.1.8.17.9.1** É vedada a manutenção, pela CONTRATADA, de qualquer cópia, banco de dados, histórico ou informação derivada (incluindo perfis ou “leads”) após o encerramento do contrato.

**4.1.8.18** A CONTRATADA deverá apresentar em até 3 (três) dias úteis, quando demandada pelo fiscal do contrato, comprovação documental dos preços cobrados por linha processada de CONSIGNATÁRIAS.

**4.1.8.19** A CONTRATADA deverá oferecer treinamento que consistirá no processo de transferência de conhecimento para os usuários do Sistema fornecido pela CONTRATADA, para que estes possam operá-lo corretamente.

**4.1.8.20** O treinamento deverá ocorrer sem ônus para a CONTRATANTE, e poderá ser disponibilizado de forma presencial, online ou através de manual.

**4.1.8.21** O treinamento das CONSIGNATÁRIAS deverá ser agendado diretamente com a CONTRATADA, em data conforme disponibilidade da CONTRATADA.

**4.1.8.22** O treinamento dos servidores deverá ser disponibilizado em até 02 (dois) dias úteis após a assinatura do contrato.

**4.1.8.23** Além do treinamento inicial, a CONTRATADA deverá assegurar reciclagens periódicas, sempre que houver atualização relevante no sistema, alteração de processo ou demanda da CONTRATANTE, também sem ônus.

**4.1.8.24** A CONTRATADA deverá manter material de consulta atualizado (manuais, FAQs, vídeos ou guias rápidos), disponível de forma eletrônica, para acesso contínuo pelos usuários autorizados.

**4.1.8.25** A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE, CONSIGNADOS e as CONSIGNATÁRIAS uma estrutura de atendimento e suporte técnico, para atendê-los em suas necessidades e dúvidas referentes à utilização dos módulos: Contratante, Consignatárias e Consignados, sendo no mínimo de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 8 às 18 horas, através de telefone e/ou via internet no mesmo horário.

**4.1.8.25.1** As ocorrências demandadas deverão ser respondidas em até 24 horas úteis.

#### **4.1.9 REAJUSTE:**

**4.1.9.1** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 73 do Decreto Municipal 11.001/2023):

**4.1.9.2** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 /2021

**4.1.9.3** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**4.1.9.4** Na hipótese de previsão de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.1.9.4.1** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**4.1.9.4.2** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**4.1.9.4.3** Os preços inicialmente registrados e/ou contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/03/2026.

**4.1.9.5** Após o interregno de um ano, e mediante solicitação da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**4.1.9.6** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**4.1.9.7** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**4.1.9.8** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**4.1.9.9** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**4.1.9.10** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**4.1.9.11** O reajuste será realizado por apostilamento.

**4.1.10** Conceitos e Definições:

**4.1.10.1** A empresa prestadora dos serviços será denominada como CONTRATADA;

**4.1.10.2** A Prefeitura Municipal de Piraquara, consumidora dos serviços será denominada como CONTRATANTE;

**4.1.10.3** CONSIGNADO/SERVIDOR são os servidores públicos da Prefeitura Municipal de Piraquara, ocupantes de cargos efetivos, comissionados, por prazo determinado (PSS), que até o limite de sua respectiva margem consignável, adere contratos autorizando descontos mensais e sucessivos, diretamente de sua remuneração, subsídio ou proventos, até a conclusão do contrato.

**4.1.10.4** CONSIGNATÁRIA é a empresa que disponibiliza seus serviços e produtos de créditos aos CONSIGNADOS por intermédio da CONTRATADA, recebendo mensalmente e diretamente da CONTRATANTE o repasse consolidado das consignações efetuadas e remunerando a CONTRATADA nos termos de contrato pré-estabelecido entre as partes.

**4.1.10.5** LINHA PROCESSADA Trata-se de todo contrato firmado entre o servidor e as instituições financeiras.

**4.1.10.6** DESCONTOS FACULTATIVOS: Tratam-se de todos os descontos em folha de pagamento previamente autorizados pelos servidores, previstos na Lei Municipal nº 1.138/2011.

**4.1.10.7** LEIAUTES: Característica dos arquivos de troca fornecidos pelo Sistema (módulo folha de pagamento) da Prefeitura Municipal de Piraquara.

**4.1.11** Especificação Técnica do Sistema/Solução Web

**4.1.11.1** O sistema deve apresentar-se como uma solução web para controle e automatização de consignações em folha de pagamento e da margem consignável dos servidores da Prefeitura Municipal de Piraquara, acessível a partir de qualquer ponto com acesso à internet e deverá ficar disponível para os usuários 24 horas por dia e sete dias por semana.

**4.1.11.2** O sistema deverá permitir a completa integração com o sistema de folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Piraquara vigente, por meio de rotinas de importação e exportação de arquivos de dados; os quais serão fornecidos e recebidos pela Prefeitura Municipal de Piraquara, através da Superintendência de Gestão de Pessoas, conforme leiautes estabelecidos no Anexo I Do Termo de Referência - Leiautes dos arquivos de troca.

**4.1.11.3** O sistema deve contemplar três grupos de funcionalidades que para fins deste Termo de Referências serão denominados MÓDULOS, sendo eles nomeados de CONTRATANTE, CONSIGNATÁRIA, CONSIGNADO.

**4.1.11.4** O sistema deverá permitir segregação de segurança de acesso entre as funcionalidades dos MÓDULOS de forma a que seja possível a concessão de acesso segmentada por perfil de usuários nos termos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.

**4.1.11.5** O sistema da CONTRATADA deverá ser executado no próprio ambiente da CONTRATADA, mas acessível nos termos da presente especificação via web.

**4.1.11.6** O Módulo CONTRATANTE, que será de acesso exclusivo aos servidores expressamente indicados pela Superintendência de Gestão de Pessoas, deverá contemplar todas as operações necessárias ao acompanhamento e gestão dos processos e contratos realizados, sendo elas:

I. Manutenção do cadastro de entidades consignatárias;

II. Bloquear e desbloquear entidades consignatárias;

III. Manutenção do cadastro de servidores;

IV. Bloquear e desbloquear servidores;

V. Alterar os perfis de acesso dos usuários;

VI. Bloquear e desbloquear serviços específicos para servidores;

VII. Consultar margem de servidores;

VIII. Consultar consignações de servidores;

IX. Realizar a suspensão ou liberação do desconto em folha, com ou sem liberação de margem, de modo a permitir o atendimento de decisões judiciais;

X. Configurar o número máximo de parcelas para desconto por produto/serviço;

XI. Exportar arquivos do movimento mensal para integração com o sistema da folha de pagamento Prefeitura Municipal de Piraquara;

XII. Importar informações do processamento mensal da folha de pagamento, do cadastro dos servidores e das margens consignáveis brutas;

XIII. Bloquear/ impedir acesso às consignatárias mediante solicitação fundamentada da Prefeitura Municipal de Piraquara;

XIV. Enviar documentos para as consignatárias e servidores;

XV. Gerar relatórios parametrizados.

**4.1.11.7** O Módulo CONSIGNATÁRIA, que será de acesso exclusivo às empresas ou instituições autorizadas/credenciadas pela CONTRATANTE, deverá contemplar todas as operações e funcionalidades necessárias ao registro e acompanhamento dos processos e contratos realizados, sendo elas:

I. Não deve permitir que uma consignatária tenha acesso às informações e contratos de outras consignatárias, sendo privativo da consignatária o acesso às suas informações e contratos;

II. Manutenção de usuários específico da consignatária;



III. Alteração/recuperação de senha no sistema;

IV. Efetuar consignação com respectiva redução/adequação da margem consignável, em tempo real, emitindo documento(s) de autorização, para ser assinado pelo consignado e consignatária, se for o caso, e numerado para permitir posterior consulta via sistema;

V. Integração entre os módulos contratante e consignatária para verificação em tempo real da margem do consignado;

VI. Liquidação de consignado, liberando o valor bloqueado;

VII. Reserva de margem para níveis diferenciados de aprovação, com desbloqueio automático das reservas não confirmadas;

VIII. Suspensão de consignações efetuadas;

IX. Refinanciamento de determinado contrato;

X. Visualização do extrato detalhado dos contratos, independente da sua situação

XI. Refinanciamento de dívidas liquidando contratos antigos e inserindo novos em uma única operação permitindo alteração na quantidade de parcelas, no valor da parcela (que não poderá ser superior à soma da já existente com a da margem ainda disponível) e no valor total da operação;

XII. Portabilidade de contratos entre as consignatárias, com autorização do servidor mediante senha individual, permitindo que tanto a Prefeitura Municipal de Piraquara, quanto as consignatárias envolvidas possam acompanhar as etapas de transação;

XIII. Alterações nas regras estabelecidas decorrentes da necessidade do CONSIGNATÁRIO para futuros contratos;

XIV. Recebimento de arquivos disponibilizados pelo CONSIGNATÁRIO;

XV. Automatização na reimplantação de contratos não descontados pela folha de pagamento, permitindo a escolha de preservar ou não a parcela não descontada e/ou concluir contratos não pagos;

XVI. Aplicação de reajustes nas averbações facultativas;

XVII. Importação de arquivos de lote de inclusões/alterações/exclusões de contratos, através de meio seguro (upload pelo próprio sistema ou webservices);

XVIII. Gerar relatórios parametrizados.

**4.1.11.8** O Módulo CONSIGNADO, que será de acesso exclusivo aos servidores (ativos) da Prefeitura Municipal de Piraquara, deverá contemplar todas as operações e funcionalidades necessárias ao registro e acompanhamento dos processos e contratos realizados, sendo elas:

I. Não deve permitir que um CONSIGNADO tenha acesso às informações e contratos de outros CONSIGNADO, sendo privativo do CONSIGNADO o acesso às suas informações e contratos;

II. Deve permitir simulação de empréstimo, possibilitando visualizar ranking ordenado pela taxa de juros ou custo efetivo total praticado pelas consignatárias;

III. Visualização da margem disponível;

IV. Permitir reserva de margem a partir de uma simulação assim como o cancelamento de uma reserva de margem não confirmada.

V. Visualização do extrato detalhado do contrato, independente da sua situação.

- VI. Emissão de código para validar o consignado/empréstimo;
- VII. Efetivação da consignação mediante código de validação;
- VIII. Acesso a todas as taxas aplicadas pelas CONSIGNATÁRIAS, tanto no simulador, quanto na reserva de margem durante o processo de averbação;
- IX. Envio de documentos para as CONSIGNATÁRIAS, tanto no simulador, quanto na reserva de margem durante o processo de averbação;
- X. Retorno de documentos das CONSIGNATÁRIAS;
- XI. Classificação de instituição financeira por custo efetivo total;
- XII. Aplicação de restrições a serem definidas pela CONTRATANTE;
- XIII. Geração de relatórios parametrizados;
- XIV. Exibição de extrato detalhado das consignações efetuadas, por período;
- XV. Consulta de saldo devedor das consignações realizadas.

4.1.12 Informações Adicionais:

4.1.12.1 Quantidade de servidores ativos no quadro do município: O Município conta com **2.898 profissionais ativos**, que compreendem os servidores dos regimes estatutários, comissionados, temporários (PSS) e Conselheiros

Abaixo seguem as informações gerais das consignações no âmbito da prefeitura Municipal de Piraquara.

Tabela detalhada da quantidade de Contratos e Valores mensais descontados em folha referente ao ano de 2025.

consignataria	modalidade	Contratos Processados
XXXXXXXXXXXXX	EMPRESTIMO CONSIGNADO	6033
XXXXXXXXXXXXX	EMPRESTIMO CONSIGNADO	165
XXXXXXXXXXXXX	EMPRESTIMO CONSIGNADO	19232
XXXXXXXXXXXXX	EMPRESTIMO CONSIGNADO	112
XXXXXXXXXXXXX	EMPRESTIMO CONSIGNADO	1288
XXXXXXXXXXXXX	EMPRESTIMO CONSIGNADO	6097
XXXXXXXXXXXXX	EMPRESTIMO CONSIGNADO	207
XXXXXXXXXXXXX	EMPRESTIMO CONSIGNADO	24970

XXXXXXXXXXXXXX	EMPRESTIMO CONSIGNADO	4
XXXXXXXXXXXXXX	Total	58108

**Média de Consignados por Mês nos últimos 11 meses: 4.842**

**Valor mensal Consignado:**

jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25
R\$ 1.583.331,48	R\$ 1.583.120,07	R\$ 1.600.658,07	R\$ 1.623.020,39	R\$ 1.657.085,99

jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25
R\$ 1.657.085,90	R\$ 1.668.688,13	R\$ 1.683.948,90	R\$ 1.672.642,82	R\$ 1.690.418,52

nov/25
R\$ 1.735.344,59

## 5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**5.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**5.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**5.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**5.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**5.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**5.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**5.6.1** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**5.6.2** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**5.6.3** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**5.6.4** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**5.6.5** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**5.6.6** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**5.6.7** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**5.6.8** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**5.6.9** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

**5.6.9.1** Verificação das especificidades, quantidades e validade exigidas neste edital.

**5.6.9.2** Conferência da nota fiscal, atesto e envio para o setor responsável pelo pagamento.

**5.6.9.3** Notificação do fornecedor em caso de descumprimento de prazo ou especificações;

**5.7** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**5.7.1** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**5.7.2** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**5.7.3** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**5.7.4** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**5.7.5** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**5.7.6** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**6.1** A remuneração da CONTRATADA ocorrerá **exclusivamente pelas instituições financeiras credenciadas**, mediante o pagamento de valor por linha processada, decorrente das operações de consignação em folha, conforme condições pactuadas entre a CONTRATADA e as referidas instituições.

## **7. SELEÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE FORNECIMENTO**

**7.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

## **8. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**8.1** Para fins de habilitação jurídica deverão ser apresentados os documentos abaixo, conforme respectivo enquadramento:

**8.1.1** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.1.2** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.1.3** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.1.4** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.1.5** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a

filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18/2020.

**8.1.6** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.1.7** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.1.8** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

**8.1.9** Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880/2021.

**8.1.10** Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971/2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**8.2** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**9.1** Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista deverão ser apresentados os documentos abaixo:

**9.1.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.1.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**9.1.3** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente;

**9.1.4** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão expedida pelo Município, do domicílio ou sede do proponente;

**9.1.5** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;

**9.1.6** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.1.7** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

**9.2** Caso o proponente seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.3** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**10.1** Para fins de habilitação econômico-financeira deverão ser apresentados os documentos abaixo:

**10.1.1** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

**10.1.2** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

## **11. DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE ÀS COOPERATIVAS**

**11.1** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**11.1.1** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**11.1.2** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**11.1.3** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**11.1.4** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**11.1.5** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

**11.1.6** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

**a)** ata de fundação;

**b)** estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

**c)** regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

**d)** editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

**e)** três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

**f)** ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**11.2** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

12. ESTIMATIVA DE VALOR

12.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 223.122,45 (Duzentos e vinte e três mil cento e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos).

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação

Secretaria	Órgão	Despesa	Fonte	Saldo	Dotação
Administração	07.001	113	1000	R\$ 4.547,64	3.3.90.40.00.00

13.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Piraquara, 08 de maio de 2026.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IOHANAN FERNANDA HINCA

Técnico Administrativo

VIVIANE LUCAS DE MELO PEDROSO

Secretária de Administração







**ANEXO I do Termo de Referência - Leiautes dos arquivos de troca**

Arquivo Margem:

Coluna	Tamanho	Tipo
Matricula	10	Inteiro
CPF	11	Texto
Nome	50	Texto
Estabelecimento	3	Inteiro(inteiro)
Orgão	3	Texto
Margem	10	Monetario (#####0.00)
Data Nascimento	8	Data (DDMMMAAAA)
Data Admissão	8	Data (DDMMMAAAA)
Data Fim Contrato	8	Data (DDMMMAAAA)
Regime	40	Texto
Local de Trabalho	40	Texto
Carteira de Identidade (RG)	15	inteiro

Arquivo Retorno:

Coluna	Tamanho	Tipo
Matricula	10	Inteiro
CPF	11	Texto
Nome	50	Texto
Estabelecimento	3	Inteiro(001)
Orgão	3	Texto
Código do desconto (evento)	3	inteiro
Previsto	10	Monetario (#####0.00)
Realizado	10	Monetario (#####0.00)
Motivo	100	Texto
Situação	1	Texto
Periodo	6	Inteiro



### **Leiaute – Arquivo Movimentações:**

O arquivo deve seguir a seguinte estrutura:

Tipo 01 – Registro Detalhe – Dados Cadastrais dos Servidores.

Tipo 99 – Registro Trailer – Totalizador – Somente 1 registro por arquivo.

### **Tipo 01 -Registro Detalhe:**

Coluna	Tamanho	Tipo
Tipo	2	Preencher com 01
Código de Verba (código financeiro)	10	Texto
Código de Matrícula	12	Texto
Unidade do Servidor	2	Texto
Número do Contrato	12	Texto
Valor Total do Contrato	15	Decimal (12,2)
Total de Parcelas	3	Numérico
Data Início Cobrança/Cancelamento	8	DDMMAAAA
Data de Emissão do Contrato	8	DDMMAAAA
Número da Parcela	3	Numérico
Valor da Parcela	15	Decimal (12,2)
Data de Vencimento da Parcela	8	DDMMAAAA

### **Tipo 99 – Registro Trailer:**

Coluna	Tamanho	Tipo
Tipo	2	Preencher com 99
Linhas Contidas no Arquivo	5	Numérico



Considerações: O campo numérico deverá ser preenchido com “0” (zeros) antes do valor.

Exemplo: 9900812.

## **GLOSSÁRIO**

**Tipo:** É o modelo da linha que o sistema usará para interpretar as informações (00, 01, 99).

**Identificador do Arquivo:** Esta informação mostra para o RH qual modelo de arquivo está sendo importado. Isso impactará diretamente na forma pela qual o sistema fará a interpretação dos dados.

**Unidade do servidor:** Este campo é utilizado quando o sistema de RH trabalha com várias empresas/unidades cadastradas. Ou seja, podemos ter a matrícula “X” na unidade 01 e também terá mesma matrícula “X” na unidade 02.

**Código da Matrícula:** Esta informação será referente a matrícula do servidor no sistema AISE-RH, ou seja, sem formatação. O campo é texto, pois em algumas prefeituras podem aparecer letras no local das matrículas, neste caso poderá ser tratada como string. Isso será definido e acordado entre o Analista implantador e o responsável pelo sistema do RH.

**Código de Verba:** Quando um contrato é realizado, ele é associado a um código de verba, ou código financeiro dentro do sistema de RH, este código deve ser informado para que seja mantido o mesmo código dentro do sistema de consignados.

**Número do contrato:** Refere-se ao número do contrato.

**Valor do Contrato:** Refere-se ao valor total do contrato.

**Total de Parcelas:** Refere-se ao total de parcelas do contrato.

**Data Início Cobrança/Cancelamento:** No caso de um contrato lançado, este retorna a data de vencimento do contrato. No caso de um cancelamento retornará a data em que foi cancelado.

**Data de Emissão do Contrato:** Este registro refere-se a data em que foi cadastrado/lançado o contrato no Sistema de consignado.

**Número da Parcela:** Retorna a quantidade de parcelas que foram cobradas efetivamente.

**Valor da parcela:** Este registro retorna o valor de cada parcela que o sistema de consignado está cobrando.

**Data de Vencimento da parcela:** Refere-se a data em que o número da Parcela vence.

**Linhas contidas no Arquivo:** Quantidade de linhas contidas no arquivo.



**CONTRATO Nº xx/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**  
(Processo Administrativo nº 63.129/2025)

Contrato para xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, que  
celebram a empresa  
xx e o  
MUNICÍPIO DE PIRAQUARA

O MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 1990, Centro – Piraquara-PR – CEP 83301-010, inscrito no CNPJ/MF 76.105.675/0001-67, neste ato representado pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – Prefeito Municipal de Piraquara, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX sediada na Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XX, XXXXXXXXXXXXXXX – XXXXXXXX/XX, CEP XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXXXXXXXX doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu sócio-administrador XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no processo nº 54.256/2025 e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 19/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O objeto do presente instrumento é a “Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução tecnológica informatizada para gestão, operacionalização e controle das consignações facultativas”.

Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QNT 12 meses	Valor unitário por linha processada	Valor total da contratação
1	Software como serviço – saas Implantação e administração de solução tecnológica e operacional para o gerenciamento dos descontos facultativos na folha de pagamentos dos servidores públicos municipais ativos, servidores dos regimes estatutários, comissionados, temporários (PSS) e Conselheiros, contemplando auto-atendimento via internet pelo consignante, bem como controle do uso da margem consignável em seus diferentes níveis de gestão.	Und/Linha Processada	77.205	R\$	R\$

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta do contratado;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. A vigência do contrato será de 12, podendo ser prorrogado por sucessivos (doze) meses períodos até o limite máximo de 5 (cinco) anos.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ x.xxx.xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor por linha processada será cobrado somente das instituições financeiras, sem, qualquer ônus ao Município de Piraquara

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei;

7.7. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.9. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



7.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

7.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

8.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.9 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);



- 8.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 8.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133 de 2021.
- 8.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 8.16 A CONTRATADA deverá indicar oficialmente, como condição para início da execução, um representante, para relacionar-se com a fiscalização da CONTRATANTE, em até 1 (um) dia útil a assinatura do contrato, para representá-la administrativamente durante o período de vigência do contrato, sempre que for necessário.
- 8.16.1 Na declaração de indicação oficial do responsável deverão constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
- 8.16.2 O responsável deverá se apresentar à respectiva unidade fiscalizadora em até 01 (um) dia útil após a assinatura do contrato para tratar dos assuntos pertinentes à exploração do contrato relativos à sua competência.
- 8.16.3 A CONTRATADA poderá, no ato da indicação de seu responsável, indicar o respectivo substituto.
- 8.16.4 O responsável ou substituto deverá estar apto e disponível para ser contatado pela CONTRATANTE, presencialmente ou por telefone, a qualquer momento no horário comercial com o propósito de esclarecer quaisquer questões relacionadas aos serviços explorados.
- 8.16.5 A CONTRATADA deverá cuidar para que o responsável mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços.
- 8.16.6 Garantir o sigilo financeiro das informações importadas, sob pena de sanções civis, penais e administrativas, ficando vedada, salvo em autorização escrita por parte da CONTRATANTE, repassar ou utilizar em benefício de outros não envolvidos neste processo, todas as informações gerenciadas por seu sistema informatizado.
- 8.17 A CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente a todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente da CONTRATANTE. É obrigação do CONTRATADO, estar em conformidade com os aspectos de segurança fundamentados na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se refere à manipulação, coleta, armazenamento, utilização, compartilhamento e eliminação dos dados relacionados a pessoas do CONTRATANTE e de terceiros, a fim de não violar os direitos e garantias fundamentais do seu titular.
- 8.18 A CONTRATADA deverá apresentar em até 3 (três) dias úteis, quando demandada pelo fiscal do contrato, comprovação documental dos preços cobrados por linha processada de CONSIGNATÁRIAS.
- 8.19 A CONTRATADA deverá oferecer treinamento que consistirá no processo de transferência de conhecimento para os usuários do Sistema fornecido pela, para que estes possam operá-lo corretamente.
- 8.20 O treinamento deverá ocorrer sem ônus para a CONTRATANTE, e poderá ser disponibilizado de forma presencial, online ou através de manual.
- 8.21 O treinamento será fornecido para o gestor/fiscal do contrato indicado pela Superintendência de Gestão de Pessoas.
- 8.22 O treinamento das CONSIGNATÁRIAS deverá ser agendado diretamente com a CONTRATADA, em data conforme disponibilidade da CONTRATADA.





8.23 O treinamento dos servidores deverá ser disponibilizado em até 02 (dois) dias úteis após a assinatura do contrato.

8.24 Além do treinamento inicial, a CONTRATADA deverá assegurar reciclagens periódicas, sempre que houver atualização relevante no sistema, alteração de processo ou demanda da CONTRATANTE, também sem ônus.

8.25 A CONTRATADA deverá manter material de consulta atualizado (manuais, FAQs, vídeos ou guias rápidos), disponível de forma eletrônica, para acesso contínuo pelos usuários autorizados.

8.26 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE, CONSIGNADOS e as CONSIGNATÁRIAS uma estrutura de atendimento e suporte técnico, para atendê-los em suas necessidades e dúvidas referentes à utilização dos módulos: Contratante, Consignatárias e Consignados, sendo no mínimo de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 8 às 18 horas, através de telefone e/ou via internet no mesmo horário.

8.26.1 As ocorrências demandadas deverão ser respondidas em até 24 horas úteis.

### **8.29 Conceitos e Definições:**

8.29.1 A empresa prestadora dos serviços será denominada como CONTRATADA;

8.29.2 A Prefeitura Municipal de Piraquara, consumidora dos serviços será denominada como CONTRATANTE;

8.29.3 CONSIGNADO/SERVIDOR são os servidores públicos da Prefeitura Municipal de Piraquara, ocupantes de cargos efetivos, comissionados, por prazo determinado (PSS), que até o limite de sua respectiva margem consignável, adere contratos autorizando descontos mensais e sucessivos, diretamente de sua remuneração, subsídio ou proventos, até a conclusão do contrato.

8.29.4 CONSIGNATÁRIA é a empresa que disponibiliza seus serviços e produtos de créditos aos CONSIGNADOS por intermédio da CONTRATADA, recebendo mensalmente e diretamente da CONTRATANTE o repasse consolidado das consignações efetuadas e remunerando a CONTRATADA nos termos de contrato pré-estabelecido entre as partes.

8.29.5 LINHA PROCESSADA Trata-se de todo contrato firmado entre o servidor e as instituições financeiras.

8.29.6 DESCONTOS FACULTATIVOS: Tratam-se de todos os descontos em folha de pagamento previamente autorizados pelos servidores, previstos na Lei Municipal nº 1.138/2011.

8.29.7 LEIAUTES: Característica dos arquivos de troca fornecidos pelo Sistema (módulo folha de pagamento) da Prefeitura Municipal de Piraquara.

### **8.30 Especificação Técnica do Sistema/Solução Web**

**8.30.1** O sistema deve apresentar-se como uma solução web para controle e automatização de consignações em folha de pagamento e da margem consignável dos servidores da Prefeitura Municipal de Piraquara, acessível a partir de qualquer ponto com acesso à internet e deverá ficar disponível para os usuários 24 horas por dia e sete dias por semana.

**8.30.2** O sistema deverá permitir a completa integração com o sistema de folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Piraquara vigente, por meio de rotinas de importação e exportação de arquivos de dados; os quais serão fornecidos e recebidos pela Prefeitura Municipal de Piraquara, através da Superintendência de Gestão de Pessoas, conforme leiautes estabelecidos no Anexo I Do Termo de Referência - Leiautes dos arquivos de troca.

**8.30.3** O sistema deve contemplar três grupos de funcionalidades que para fins deste Termo de Referências serão denominados MÓDULOS, sendo eles nomeados de CONTRATANTE, CONSIGNATÁRIA, CONSIGNADO.

**8.30.4** O sistema deverá permitir segregação de segurança de acesso entre as funcionalidades dos MÓDULOS de forma a que seja possível a concessão de acesso segmentada por perfil de usuários nos termos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.



**8.30.5** O sistema da CONTRATADA deverá ser executado no próprio ambiente da CONTRATADA, mas acessível nos termos da presente especificação via web.

**8.30.6** O Módulo CONTRATANTE, que será de acesso exclusivo aos servidores expressamente indicados pela Superintendência de Gestão de Pessoas, deverá contemplar todas as operações necessárias ao acompanhamento e gestão dos processos e contratos realizados, sendo elas:

- I. Manutenção do cadastro de entidades consignatárias;
- II. Bloquear e desbloquear entidades consignatárias;
- III. Manutenção do cadastro de servidores;
- IV. Bloquear e desbloquear servidores;
- V. Alterar os perfis de acesso dos usuários;
- VI. Bloquear e desbloquear serviços específicos para servidores;
- VII. Consultar margem de servidores;
- VIII. Consultar consignações de servidores;
- IX. Realizar a suspensão ou liberação do desconto em folha, com ou sem liberação de margem, de modo a permitir o atendimento de decisões judiciais;
- X. Configurar o número máximo de parcelas para desconto por produto/serviço;
- XI. Exportar arquivos do movimento mensal para integração com o sistema da folha de pagamento Prefeitura Municipal de Piraquara;
- XII. Importar informações do processamento mensal da folha de pagamento, do cadastro dos servidores e das margens consignáveis brutas;
- XIII. Bloquear/ impedir acesso às consignatárias mediante solicitação fundamentada da Prefeitura Municipal de Piraquara;
- XIV. Enviar documentos para as consignatárias e servidores;
- XV. Gerar relatórios parametrizados.

**8.30.7** O Módulo CONSIGNATÁRIA, que será de acesso exclusivo às empresas ou instituições autorizadas/credenciadas pela CONTRATANTE, deverá contemplar todas as operações e funcionalidades necessárias ao registro e acompanhamento dos processos e contratos realizados, sendo elas:

- I. Não deve permitir que uma consignatária tenha acesso às informações e contratos de outras consignatárias, sendo privativo da consignatária o acesso às suas informações e contratos;
- II. Manutenção de usuários específico da consignatária;
- III. Alteração/recuperação de senha no sistema;
- IV. Efetuar consignação com respectiva redução/adequação da margem consignável, em tempo real, emitindo documento(s) de autorização, para ser assinado pelo consignado e consignatária, se for o caso, e numerado para permitir posterior consulta via sistema;
- V. Integração entre os módulos contratante e consignatária para verificação em tempo real da margem do consignado;
- VI. Liquidação de consignado, liberando o valor bloqueado;
- VII. Reserva de margem para níveis diferenciados de aprovação, com desbloqueio automático das reservas não confirmadas;
- VIII. Suspensão de consignações efetuadas;
- IX. Refinanciamento de determinado contrato;
- X. Visualização do extrato detalhado dos contratos, independente da sua situação



- XI. Refinanciamento de dívidas liquidando contratos antigos e inserindo novos em uma única operação permitindo alteração na quantidade de parcelas, no valor da parcela (que não poderá ser superior à soma da já existente com a margem ainda disponível) e no valor total da operação;
- XII. Portabilidade de contratos entre as consignatárias, com autorização do servidor mediante senha individual, permitindo que tanto a Prefeitura Municipal de Piraquara, quanto as consignatárias envolvidas possam acompanhar as etapas de transação;
- XIII. Alterações nas regras estabelecidas decorrentes da necessidade do CONSIGNATÁRIO para futuros contratos;
- XIV. Recebimento de arquivos disponibilizados pelo CONSIGNATÁRIO;
- XV. Automatização na reimplantação de contratos não descontados pela folha de pagamento, permitindo a escolha de preservar ou não a parcela não descontada e/ou concluir contratos não pagos;
- XVI. Aplicação de reajustes nas averbações facultativas;
- XVII. Importação de arquivos de lote de inclusões/alterações/exclusões de contratos, através de meio seguro (upload pelo próprio sistema ou webservice);
- XVIII. Gerar relatórios parametrizados.

**8.30.8** O Módulo CONSIGNADO, que será de acesso exclusivo aos servidores (ativos) da Prefeitura Municipal de Piraquara, deverá contemplar todas as operações e funcionalidades necessárias ao registro e acompanhamento dos processos e contratos realizados, sendo elas:

- I. Não deve permitir que um CONSIGNADO tenha acesso às informações e contratos de outros CONSIGNADO, sendo privativo do CONSIGNADO o acesso às suas informações e contratos;
- II. Deve permitir simulação de empréstimo, possibilitando visualizar ranking ordenado pela taxa de juros ou custo efetivo total praticado pelas consignatárias;
- III. Visualização da margem disponível;
- IV. Permitir reserva de margem a partir de uma simulação assim como o cancelamento de uma reserva de margem não confirmada.
- V. Visualização do extrato detalhado do contrato, independente da sua situação.
- VI. Emissão de código para validar o consignado/empréstimo;
- VII. Efetivação da consignação mediante código de validação;
- VIII. Acesso a todas as taxas aplicadas pelas CONSIGNATÁRIAS, tanto no simulador, quanto na reserva de margem durante o processo de averbação;
- IX. Envio de documentos para as CONSIGNATÁRIAS, tanto no simulador, quanto na reserva de margem durante o processo de averbação;
- X. Retorno de documentos das CONSIGNATÁRIAS;
- XI. Classificação de instituição financeira por custo efetivo total;
- XII. Aplicação de restrições a serem definidas pela CONTRATANTE;
- XIII. Geração de relatórios parametrizados;
- XIV. Exibição de extrato detalhado das consignações efetuadas, por período;
- XV. Consulta de saldo devedor das consignações realizadas.

## **9. CLÁUSULA NONA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- d) **Multa:**

- 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.
- 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
- 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de (20% vinte por cento) do valor do Contrato.
- 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- 7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.2.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.2.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.2.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



10.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.5 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

10.6 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.7 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.8 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.9 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão, decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REAJUSTE**

11.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11.2. Os preços inicialmente registrados e/ou contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/03/2026.

11.2.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do adjudicatário e/ou contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.2.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.2.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



11.2.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.2.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.2.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.1.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.1.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Secretaria	Órgão	Despesa	Fonte	Saldo	Dotação
Administração	07.001	113	1000	R\$ 4.547,64	3.3.90.40.00.00

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1.Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro Regional de Piraquara-PR, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Piraquara, xx de xxxxxxxxxxxx de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
 Prefeito Municipal  
 Representante legal do CONTRATANTE

[illegible]